

Uma república degradada: breve estudo da *Guerra de Jugurta* de Caio Salústio Crispo

A degraded republic: brief study of the *Jugurthine War* of Gaius Sallustius Crispus

Alice Maria de Souza¹

Resumo

Caio Salústio Crispo foi um homem novo que atuou politicamente no final do governo republicano e testemunhou profundas mudanças na política romana. Em suas obras, percebemos a sua atitude crítica em relação à essas mudanças e seu discurso moralizante que evidencia os aspectos que contribuíram para a degradação moral característica de seu tempo. O presente trabalho tem como objeto uma de suas obras, a *Guerra de Jugurta*, em que buscamos analisar os elementos que refletem a sua teoria sobre a prevalência dos vícios sobre as virtudes ao final da República romana. Para tanto consideramos, também, os elementos exteriores ao texto em si – tais como contexto, objetivos do autor e gênero – e interpretamos esse documento não somente como produto de apropriações do passado, mas, também como produtor de novas representações dele, servindo como veículo de transmissão e ressignificação da memória.

Palavras-chave: Salústio; República; Memória.

Abstract

Caio Salústio Crispo was a young man who acted politically at the end of the republican government and witnessed profound changes in Roman politics. In his works, we perceive his critical attitude towards these changes and his moralizing discourse that highlights the aspects that contributed to the moral degradation characteristic of his time. The present work has as object one of his works, the *Jugurta War*, in which we seek to analyze the elements that reflect his theory on the prevalence of vices over virtues at the end of the Roman Republic. For this purpose, we also consider elements outside the text itself - such as context, author's objectives and genre - and interpret this document not only as a product of appropriations from the past, but also as a producer of new representations of it, serving as a vehicle transmission and reframing of memory.

Keywords: Sallustius; Republic; Memory.

É uma característica dos romanos a grande preocupação em registrar o passado. Muitos dedicaram-se a essa tarefa após o fim de sua carreira pública, impelidos por diferentes motivações e buscando alcançar diversos objetivos. Propomo-nos, neste momento, a analisar a forma como Caio Salústio Crispo enxergava a sociedade de seu tempo e como sua teoria a respeito dos valores morais que sustentavam a República romana reflete-se na sua narrativa acerca da guerra contra o rei númida Jugurta. Salústio considera o fim das Guerras Púnicas como fator prejudicial para a moral romana. Segundo ele, a ausência do medo do inimigo, levou os romanos à degradação moral, principalmente por sucumbirem aos vícios como a ambição e a luxuosidade, movidos pelo desejo do acúmulo de riquezas e honras, homens cediam ao suborno e contraíam dívidas para exercitarem a ostentação.

¹ Doutora em História. Professora da rede estadual de ensino de Goiás. Email: antigaalice@yahoo.com.br

Para alcançarmos nosso objetivo é necessário, primeiramente, considerar importantes elementos que influenciaram a produção deste relato sobre o passado. Como característica geral da escrita histórica antiga, percebemos que a construção de uma memória que respondesse às necessidades do presente e a busca pela criação de laços identitários com aqueles que os rodeavam consistiu em uma influência comum sobre a seleção do conteúdo a ser narrado e sobre o posicionamento dos autores antigos frente ao passado. O modelo seguido por esse ao escrever e seus objetivos pessoais também são elementos determinantes no processo de interpretação e transmissão do passado que, assim, passa a possuir diversas versões e/ou explicações, resultantes do constante exercício de apropriações e reconstruções. Somente após a análise desses elementos que nos auxiliam na compreensão do documento textual objeto deste artigo, estaremos preparados para analisar o texto salustiano como produto de seu contexto e de sua visão a respeito do presente e do passado romanos.

Ao nos propormos analisar os registros históricos, é importante compreender que o texto é um tipo de representação do passado, um veículo de transmissão da memória que influencia e é influenciado por elementos exteriores a ele relacionados ao contexto em que é produzido, tais como o imaginário relativo ao passado e ao presente, o grupo em que o autor está inserido e os objetivos deste ao escrever. Conceitos como esses perpassam a estreita relação que estabelecida entre memória e história, a qual não podemos perder de vista e sobre a qual uma reflexão é sempre válida.

O conceito de “memória” relaciona-se fortemente com o de “identidade” e ambos são perceptíveis em muitas formas de representação cultural, inclusive em narrativas históricas. A partir das formulações de Marcel Mauss e Émilie Durkheim, o conceito de “representação” foi incorporado pelos historiadores e figura como central dentro da História Cultural. Dotado de grande polissemia, esse conceito abarca desde a noção de representação simbólica e sua acepção dentro da filosofia política (PITKIN, 1967), até a complexa relação entre o sujeito e o mundo em que vive; ou seja, a representação coletiva.

Carlo Ginzburg (2001, p. 85), através do exemplo dos bonecos de cera utilizados nos funerais dos soberanos franceses e ingleses, demonstra a ambiguidade da relação entre presença e ausência existente entre a representação e a coisa representada: fazendo às vezes da realidade representada, evoca a ausência, enquanto sugere a sua presença, ao torná-la – a realidade representada – visível.

No campo da Psicologia Social, existe a noção de “representações sociais”, cujas matérias primas são as representações mentais, que devem ser examinadas no nível individual

(CARDOSO, 2000, p. 25). Esse conceito surgiu a partir da noção de representação coletiva, com a qual Émile Durkheim pretendia explicar fenômenos que tivessem por objetivo o coletivo, como a religião, por exemplo. Para o sociólogo francês, a vida social seria a condição de todo o pensamento e o terreno para a constituição da individualidade.

As representações sociais, devido à dinamicidade de suas estruturas, são apreendidas no contexto das comunicações sociais sendo, por isso, mais flexíveis e permeáveis e, assim, divergem das representações coletivas de Durkheim (SPINK, 1993, p. 06). Serge Moscovici (1990) considera que a relação entre a sociedade e suas representações é complexa. Para ele, as representações sociais não derivam de uma única sociedade, como para Durkheim, mas sim das várias sociedades existentes no interior de uma sociedade maior, não extrapolada pelas suas representações.

Nessa perspectiva, as representações são importantes para a vida social, como matrizes geradoras de conduta e práticas sociais dotadas de capacidade integradora, coesiva e explicativa do real. Isso porque os indivíduos e grupos utilizam as representações para darem sentido ao mundo e à sua realidade (PESAVENTO, 2012). Partindo dessa perspectiva, a História Cultural objetiva “identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler” (CHARTIER, 1990, p. 17). Ela busca entender a realidade do passado através de suas representações, isto é, acessando formas discursivas e imagéticas pelas quais os homens do passado expressavam o seu mundo: suas representações culturais.

Nessa tarefa, é necessário considerar a noção de apropriação de Roger Chartier (1990), posto que alcançamos o passado através de diferentes materiais, tais como documentos escritos e material arqueológico, produzidos e lidos em diferentes épocas e contextos, por diferentes grupos com objetivos distintos. Ponderar como esse material foi transformado, ressignificado e disponibilizado ao longo do tempo – produzindo uma série de interpretações, mediações e apropriações – é importante para compreendermos a produção destas diversas representações do passado.

É nessa perspectiva que este trabalho foi desenvolvido. A análise da obra de Salústio considerou o seu contexto, posição social e objetivos, tornando possível perceber sua peculiar interpretação acerca dos momentos finais do governo republicano. Assim, ao analisarmos o contexto político romano abordado pela *Guerra de Jugurta*, devemos considerá-lo como “a República de Salústio”, posto que cada época produziu a sua versão, não existindo a mais

correta ou a mais verossímil, porquanto não acessamos o passado “real”, mas as suas representações.

Consideramos, ainda, para o melhor entendimento da representação em questão, outros elementos importantes no seu processo de produção: o tratamento da memória e a sua relação com a construção de laços identitários pelo autor, no contexto de sua produção.

É patente a influência que as representações exercem tanto na construção das identidades sociais, como na reconstrução da memória ao longo do tempo. Por isso, o tratamento do passado, ao mesmo tempo em que se adéqua aos interesses do grupo social dominante, é um importante auxiliar na construção de laços identitários no interior dos grupos sociais. É certo que o estudo das identidades individuais e coletivas, como identidades interdependentes, tem rendido frutos na análise das sociedades contemporâneas, podendo também abrir um interessante campo de análise na História Antiga. As identidades são criadas e recriadas ao longo do tempo e respondem às necessidades dos sujeitos que as constroem. Elas são relacionais: parte-se da alteridade – do que não se é – para definir aquilo que se gostaria de ser; e podem ser fundadas na fantasia, na projeção e na idealização, ou seja, podem ser construídas não a partir do que a pessoa é, mas, do que ela gostaria de ser e de como ela gostaria de ser vista pela comunidade. A construção das identidades é simbólica, social e se relaciona com outros dois conceitos que a subsidiam: cultura e representação (GONÇALVES; ROCHA, 2006, p.12).

Fontes de significado e experiência de um povo, as identidades são forjadas com referência a um tempo e lugar específicos, constituindo um discurso sobre a realidade que, por intermédio da linguagem enunciada, divide e classifica (SILVA, 2004, p. 21). A redescoberta do passado é parte do processo de sua construção (WOODWARD, 2000, p.12), que ocorre em contextos marcados por relações de poder (CASTELLS, 1999, p. 24) e caracteriza-se por apresentar traços simbólicos e sociais.

A fixação das identidades depende dessa projeção que determinado grupo faz do seu mundo, daí a interdependência dos conceitos de “representação” e “identidade” (SILVA, 2004, p. 15). É por meio dos significados produzidos pelas representações que damos sentido à nossa experiência e àquilo que somos. A construção de representações, compreendida como um processo cultural, estabelece identidades individuais e coletivas (WOODWARD, 2000, p. 17). Cada sociedade cria suas representações do mundo, em que as estratégias determinantes das posições dos grupos sociais e suas relações na trama da sociedade podem ser percebidas. Assim, os discursos e os sistemas de representação constroem os lugares a partir dos quais podem falar,

ao serem apropriados, formados e transformados pelos diversos segmentos sociais (WOODWARD, 2000, p. 17).

Esta dinâmica de definição e manutenção de identidades determina e é determinada pelas relações de poder existentes nas sociedades. Tais relações podem ser ordenadas (ou desordenadas) por diversos fatores, tais como a relação entre memória e história, por exemplo. Estas são formas de recordação do passado que podem sugerir a comparação e o questionamento da ordem estabelecida. Assim, nesse processo de formação das identidades, sempre mediado por relações de poder, o controle e a manipulação da memória aparecem como fatores importantes.

A memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, e um fator importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si (POLLAK, 1992, p. 204). A memória, atualmente, é uma das grandes questões sociais, um elemento essencial da identidade e, em sua vertente coletiva, é também um instrumento de poder (LE GOFF, 1994A, p. 475-477) que determina esquecimentos e manipula lembranças em nome de sua permanência, nos mais variados âmbitos sociais e políticos.

No que concerne à relação entre memória e história, Maurice Halbwachs (1990, p. 80-89) destaca as deficiências da história em comparação com a amplitude da memória coletiva: para ele, a história é a história nacional, que elege grandes personalidades e suas vidas, datas comemorativas e feitos da nação como matéria de sua produção; ela é desencarnada pois, na intenção de abarcar a memória de toda a nação, acaba elegendo fatos que, ou não participam da memória de todos os grupos, ou que compõem as lembranças de alguns desses grupos. O autor conclui, então, que a história é mais limitada que a memória, é seletiva e, apesar de ter na memória sua matéria prima, não pode ser considerada como um tipo de memória, mas como um quadro de acontecimentos.

A memória, entretanto, enquanto produção individual e coletiva que parte do presente para o passado, influenciada pela subjetividade daquele que lembra e por questões relativas às construções identitárias e relações de poder dentro da sociedade, também caracteriza-se pela seletividade (GOWING, 2005, p. 02). Divulgando símbolos sociais, resultantes de relações de poder e laços identitários, em monumentos e documentos, o que é recordado produz uma memória social sobre um passado comum, conectando o passado e o presente (HOPE, 2003). As lembranças sustentadas pela memória, assim, compõem imagens do passado que são manipuladas e ressignificadas pelo trabalho da escrita (RICOEUR, 2007).

Considerando que a história não se define apenas como defendia Halbwachs, percebemos que ela contribui, juntamente com a memória, para a representação do passado ao se relacionar com aquilo que é lembrado. Para Paul Ricoeur (2002), a história, pelo caráter crítico de sua narrativa, possui a capacidade de confrontar testemunhos e alimentar certa ambição de verdade em relação ao seu discurso, sem a ilusão de estabelecer o que realmente aconteceu. A memória, por outro lado, comporta a ideia de fidelidade da lembrança, sendo a guardiã do passado, pois, é através dela que o acessamos. Memória e história relacionam-se no processo de produção de conhecimento sobre o passado, na medida em que o método crítico desta ilumina e seleciona os testemunhos transmitidos por aquela.

Para o tratamento dos documentos textuais romanos, esse debate sobre as diferenças e fronteiras entre memória e história torna-se um tanto mais complexo. Temos acesso a este contexto por intermédio das obras de autores antigos, produzidas com a dupla natureza histórica e memorialística. O objetivo desses romanos, ao escreverem era, na maioria das vezes, transmitir a tradição e não deixar que o *mos maiorum* fosse esquecido. Existiram também obras que objetivaram a legitimação de um governo ou de mudanças, sempre muito perigosas na ótica romana. Nesse sentido, podemos perceber que a memória implícita nas obras antigas vinculava-se às necessidades específicas de sua época e da ordem então vigente.

É importante considerar também que os autores dos escritos antigos que nos chegaram são, em sua maioria, membros das altas camadas da sociedade. Sua escrita reflete, portanto, os valores de sua esfera social e o tema de sua obra é o passado das grandes ordens romanas; além disso, o cidadão era sempre associado à sua camada social, não sendo visto ou apresentado isolado dela. Quando falamos em memória no mundo antigo, assim, nos referimos majoritariamente àquela produzida e transmitida pelos membros das altas camadas da sociedade de cujos valores ela está carregada. Esse fato não impede que esta memória caracterize-se pela heterogeneidade, pois, no interior destas altas camadas encontramos diversos grupos com características e objetivos diferentes, o que influencia na produção e transmissão de diferentes memórias, ao longo do tempo.

Devemos ainda nos lembrar que a memória, além de herdada, é em parte seletiva e sofre flutuações em função do momento em que é articulada. As preocupações pessoais e políticas do momento constituem um elemento de estruturação da memória e mostram que ela é um fenômeno construído. Quando se trata da memória herdada, podemos também dizer que existe uma ligação fenomenológica muito estreita entre a memória e o sentimento de identidade (POLLAK, 1992, p. 203-204). Na Antiguidade, a herança mnemônica era transmitida muitas

vezes pelas obras históricas que, assim, eram responsáveis pela reconstrução do passado a fim de produzir laços identitários, de acordo com os objetivos do autor dentro de seu contexto e dos valores defendidos por ele.

Assim, consideramos a obra *Guerra de Jugurta*, como uma representação do passado republicano produzida em um contexto específico e influenciada pela estreita relação entre a construção de identidades e pelo processo de ressignificação da memória relativa ao século I a.C. Nela, Salústio não apenas narra o desenvolvimento da guerra contra o rei númida, mas também demonstra sua teoria sobre a ausência do medo do inimigo e a degradação da moral romana. Nosso intento, neste artigo, é analisar como tal teoria pode ser verificada em alguns momentos do texto salustiano.

Distante da Ditadura sulana apenas alguns anos, Salústio escreveu, dentre suas três obras, a *Guerra de Jugurta*, um relato da guerra entre romanos e o rei usurpador, Jugurta. Caio Salústio Crispo nasceu em Amiterno, na Sabínia, em 86 a.C., ano do último Consulado de Mário. Pertencente a uma família da aristocracia provincial (FUNARI, 2002, p. 19), atuou militar e politicamente durante o Primeiro Triunvirato e a Ditadura de Júlio César, sendo fortemente identificado como apoiador da política cesariana.

A historiografia informa sobre sua carreira pública a partir de seu Tribunato da Plebe, aos 34 anos, em 52 a.C. É válido questionar, todavia, sobre sua carreira anterior a esta magistratura, visto que desde a juventude, Salústio desejava a carreira pública: “Mas no meu caso, como um jovem, eu fui atraído, como muitos outros, para a política”¹ (SALÚSTIO. *Conjuração de Catilina*, 03). Considerando o contexto em que viveu e sua participação na guerra civil ao lado de César, podemos supor que, antes de ser eleito Tribuno da Plebe, Salústio prestou serviço militar (EARL, 1966, p. 306-307). Acredita-se que o autor não estava em Roma durante a Conjuração de Catilina, devido à ausência de referências, em sua obra sobre o ocorrido, que o indiquem como testemunha ocular dos fatos e porque, aos 23 anos de idade, o autor provavelmente estava no exterior em serviço militar sob as ordens de Pompeu, com quem era rentável ter conexões, naquele momento (EARL, 1966, p. 307-309).

Em 50 a.C., Salústio foi expulso do Senado sob a acusação de adultério com a esposa de Milão, Fausta Cornélia, filha de Sula (FUNARI, 2002, p. 19-20). Ápio Cláudio, Censor e partidário de Pompeu, buscava atingir a César, a quem Salústio apoiava (FUNARI, 2002, p. 20). Atuando como Questor, cargo para o qual foi indicado por César como forma de reintroduzi-lo no Senado (BATSTONE, 2010, p. xi-xvii), Salústio lutou contra tropas

pompeianas na Ilíria em 49 a.C. (FUNARI, 2002, p. 20) e negociou com tropas amotinadas na Campânia, em 47 a.C., sem grande êxito nas missões.

Como Pretor, em 46 a.C., Salústio foi designado por César como Governador da província da África Nova (Numídia). Quando retornou a Roma, em 45 a.C., enfrentou uma acusação de extorsão devido à riqueza que acumulara, da qual escapou pela intervenção de Júlio César. Com a fortuna adquirida, Salústio adquiriu uma *vilae* de César em Tivoli (HARTSWOCK, 2004, p. 09), além de propriedades em Roma, conhecidas como *horti Sallustiam* (FUNARI, 2002, p. 20). Quando César morreu, em 44 a.C., Salústio retirou-se da vida pública para se dedicar à escrita da história, aos 42 anos. É comum interpretarmos o afastamento de Salústio da vida pública como uma escolha voluntária. Entretanto, ela parece ter sido resultado deste processo por corrupção do qual César o salvou. Salústio, assim, abandonou a política, tanto porque a Pretura era o ápice político de um homem novo, quanto porque, depois do processo que enfrentou, não havia possibilidade de maiores conquistas. Talvez por isso, ele pareça desejar justificar seus erros políticos de maneiras diferentes nos prefácios das suas monografias (ALLEN JR, 1954, 08):

Na política, eu fui impedido por muitos obstáculos. No lugar da vergonha, autocontenção e virtudes, prosperava a arrogância, a corrupção e a ganância. Minha mente, não acostumada com estes maus caminhos, os rejeitou. Mas eu era jovem e não sabia como resistir. Envolvido em tal corrupção, eu também fui apreendido pela ambição. Eu rejeitei o caráter perverso de outros, mas, no entanto, fui incomodado pelo mesmo desejo de honra e fui vítima da mesma reputação e ataques individuais que os outros (SALÚSTIO. *Conjuração de Catilina*, 03).²

Salústio, em sua primeira obra, justifica os erros que provocaram críticas à sua pessoa pela juventude, indicando certa vergonha. Em sua segunda monografia, entretanto, ele afirma ter decidido abandonar a vida pública pela degradação moral dos novos Senadores. Assim, pela piora do perfil dos colegas, o crime que lhe envergonhava perdeu a importância, e seu afastamento da vida pública ocorreu pela decisão de se dedicar a algo mais glorioso, a escrita da história:

Ainda mais creio que, por ter decidido afastar-me da vida pública, alguns darão a pecha de ociosidade ao trabalho tão importante e útil ao qual me dedico. Certamente o farão aqueles que consideram sua maior tarefa curvar-se diante da plebe e obter suas boas graças através do patrocínio de banquetes. Se estes examinassem com maior cuidado a época em que obtive magistraturas e quais homens não puderam obtê-las e, depois que espécie de gente chegou ao Senado, sem dúvida concluiriam que minhas opiniões mudaram mais por mérito que por falta de iniciativa e que há de vir mais benefício de

meu ócio que das atividades dos outros para República (SALÚSTIO. *Guerra de Jugurta*, IV).³

Inserido em um período de grandes modificações na história romana, Salústio viveu entre o fim da República dos *nobiles*, caracterizada por um governo baseado no equilíbrio entre competição e consenso, e o surgimento da tendência à concentração do poder e ascensão de líderes individuais, iniciado com a República de Sula, que culminou no estabelecimento do Principado (FLOWER, 2010). O autor presenciou, assim, as modificações no funcionamento do governo e no comportamento dos envolvidos nesta tarefa. Suas obras refletem a sua crítica em relação às mudanças, ao contraporem as virtudes dos antepassados aos vícios de seu tempo, configurando um discurso moralizante que busca demonstrar os aspectos que contribuíram para a degradação moral característica de seu tempo. Ao analisarmos a sua obra *Guerra de Jugurta*, podemos identificar elementos que refletem este discurso moralizante de forma bastante interessante, pois, a narrativa demonstra não apenas a degradação moral dos romanos, mas também, como esta contamina os númidas envolvidos no conflito.

Salústio registrou a história de seu tempo, transmitindo seu posicionamento e crítica sobre a política contemporânea. Ele escreveu um relato monográfico sobre a conjuração de Catilina e outro sobre a guerra contra Jugurta, que nos chegaram completos. Morreu em 35 a.C., antes de concluir suas *Histórias*, obra cujo conteúdo abarcava os anos 78 a.C. a 67 a.C., em que o autor relatava os fatos ocorridos entre a guerra contra Jugurta e a conspiração de Catilina. Essa obra inacabada nos chegou em 500 fragmentos, quatro discursos e duas cartas. (BATSTONE, 2010, p. vii-viii). Cabe ressaltar, aqui, que podemos considerar as de Salústio não como monográficas, mas como um *corpus* dotado de unidade pela cronologia dos períodos que ele abarca (ALLEN JR, 1966).

A *Guerra de Jugurta* cobre da ascensão de Massinissa até o Triunfo de Mário, *Histórias* corresponde aos anos pós-Sula 78-67 a.C. e a *Conjuração de Catilina* narra os acontecimentos dos anos seguintes. Salústio não escreveu sobre os anos 104-78 a.C. por uma escolha consciente, baseada no fato de que este período foi tratado por outros escritores, como Lúcio Cornélio Sisena (ALLEN JR, 1966, p. 104): “Não voltarei a falar sobre Sula e Lúcio Sisena, que descreveu seus feitos com maior amplitude e correção dentre todos que disso se ocuparam, parece-me ter sido pouco imparcial” (SALÚSTIO. *Guerra de Jugurta*, XCV).⁴ Assim, Salústio realizou aquilo que se propôs fazer: escreveu sobre fatos memoráveis – selecionados – de uma época específica em três obras que formam uma sequência, constituindo uma inovação na historiografia romana.

Se o objetivo do autor era lidar com porções da história de um período, podemos considerar que a *Guerra de Jugurta* e a *Conjuração de Catilina* estão conectadas pelo propósito geral da obra. Assim, o termo “monografia”, segundo Allen Jr (1966, p. 269), figura como inadequado para definir a natureza dos escritos, posto que se refira a um trabalho que versa sobre um objeto único, isolado e de maneira abrangente. Há, todavia, um consenso historiográfico sobre caracterizar desta maneira os escritos salustianos, considerados como uma inovação na escrita histórica romana – até então baseada nos anais – por possibilitar a narrativa estruturada em início, meio e fim de um evento ou época específicos. Tal estrutura parece, também, ter sido uma escolha do autor por servir bem ao propósito político de sua obra. Devido a sua estrutura reduzida, abordando temas isolados, a monografia permitiu a Salústio elaborar retratos e construir digressões que o auxiliaram na apresentação de sua visão crítica sobre a política romana e a forma como ela era acometida por sérios desvios morais (SILVA, 2014 p. 23).

Logo no início de sua primeira obra, *De coniuratione Catilinae*⁵, publicada entre 44 e 40 a.C., época turbulenta em que se estabelecia o Segundo Triunvirato (MACKAY, 1962, p.181), o autor, após uma reflexão sobre a função da história dentro do propósito da vida humana, justifica sua decisão de escrever um relato histórico. Para ele, essa deveria ser uma fonte útil de exemplos de virtudes e sucessos para aqueles que buscam fama e glória, sendo, ao mesmo tempo, um meio de ganhar glória (SALÚSTIO. *Conjuração de Catilina*, 01-03). Afirmado seu distanciamento da política e não desejando a indolência ou as ocupações servis, Salústio afirma seu objetivo de escrever um relato seletivo sobre o povo romano:

Quando minha mente encontrou paz, depois de muitas misérias e perigos, eu decidi passar o que restava de minha vida distante do mundo público. Mas não era meu plano perder os benefícios do lazer em ociosidade e indolência, ou passar meu tempo envolvido em ocupações servis da agricultura e da caça. Eu decidi retornar ao estudo do qual minha ambição me desviou no início: escrever a história do povo romano, selecionando as partes que parecem dignas de memória. Eu fui mais encorajado a fazer isto porque minha mente estava livre de esperanças políticas, medos e partidarismos (SALÚSTIO. *Conjuração de Catilina*, 04).⁶

Apesar de Salústio não mais participar da vida política diretamente, seus princípios políticos refletiam em sua escrita. Sua renúncia às ambições políticas, bem como a afirmação de liberdade partidária podem ser consideradas como uma declaração de neutralidade ou de um partidarismo não político. Isso não significaria, contudo, o desligamento total da vida política, algo impossível naquele contexto (ALLEN JR, 1954, p. 9-10).

Para Salústio, a literatura seria o campo ideal para o cultivo da melhor parte do homem, o espírito: “dentre as outras atividades exercidas pelo espírito, em primeiro lugar é útil relatar os acontecimentos do passado” (SALÚSTIO. *Guerra de Jugurta*, IV).⁷ Afinal, a política estava corrompida por vícios, dos quais a literatura permanecia livre:

As magistraturas e os comandos, bem como qualquer participação na vida política, parecem-me nestes tempos nada desejáveis, porque nem o cargo é dado pela virtude, nem aqueles que adquiriram o poder legal pela fraude estão seguros ou são por isso mais respeitáveis” (SALÚSTIO. *Guerra de Jugurta*, III).⁸

Essa interpretação da escolha pelo ofício das letras é congruente e válida, mas também podemos explicar a opção de Salústio de uma maneira simples e que não desabona as demais. Justificando a sua opção pela escrita da história, Salústio demonstra certa indiferença pela agricultura, atividade a que os aristocratas se dedicavam. Isso se explica pelas suas origens: o autor era um “homem novo” que não desejava uma aposentadoria aristocrática e procurava fazer algo útil e glorioso (BATSTONE, 2010, p. xi-xxx). Ao optar pelo ofício histórico, Salústio poderia estar buscando a glória que sua carreira política e militar não lhe rendeu, além de garantir a perenidade de sua memória, objetivo melhor alcançado, segundo ele (SALÚSTIO. *Conjuração de Catilina*, 01), através dos recursos interiores do que com a força física.

A preocupação com o declínio moral da República Romana está presente em toda a sua obra e justifica muitos posicionamentos do autor. O processo de degradação moral romano é apresentado, nas obras de Salústio, como uma série instável e irregular de crises que introduziram novos vícios em Roma, destacando-se dois principais momentos. O primeiro destes, refletindo uma ideia recorrente no seu tempo, seria a destruição de Cartago em 146 a.C.. Com o fim das Guerras Púnicas e a submissão do inimigo, extinguiu-se o *metus hostili*, ou mais especificamente, *metus punicus*, que compelia os romanos à rigidez moral, abrindo, assim, espaço para a *avaritia* e a *ambitio* (SHAW, 1975, p.187):

O costume dos partidos e facções, e daí de todas as más atitudes, surgira pouco antes em Roma do ócio e da abundância, gênero de vida mais estimado pelos romanos. Pois antes da destruição de Cartago, o povo e o Senado romanos administravam a República entre si com placidez e moderação. A glória e o poder não eram causas de disputas entre os concidadãos. A ameaça inimiga mantinha a cidade bem dirigida. Mas quando esta ameaça desapareceu da memória, a lascívia e a ostentação, consequências da tranquilidade, vieram à plena luz (SALÚSTIO. *Guerra de Jugurta*. XLI).⁹

A importância do *metus hostilis* como base da coesão interna e interesse comum era constantemente reconhecido em Roma. Cipião Nasica, por exemplo, o utilizou como

justificativa para sua oposição à destruição de Cartago. A historiografia moderna, entretanto, aponta a profissionalização do exército, a partir de Mário, e a atuação dos Tribunus da Plebe como fatores centrais para o declínio da República romana (BATSTONE, 2010, p. viii). Salústio assim explica esta transição:

Então, primeiro a ganância por dinheiro cresceu, depois, a ganância por poder. Estas coisas foram a raiz, por assim dizer, de todos os males. A avareza minou a confiança, a bondade e outras nobres qualidades, e em seus lugares ensinou o orgulho e crueldade, ensinou homens a negligenciarem os deuses e a colocarem preço em tudo. A ambição forçou muitos homens a tornarem-se mentirosos, a esconderem uma coisa em seu coração e terem outra coisa pronta na ponta de suas línguas, a valorizarem a amizade e a inimizade de acordo com a conveniência, não pela sua essência, e a sustentarem uma cara boa, em vez de um bom coração (SALÚSTIO. *Conjuração de Catilina*. 10).¹⁰

Mais do que a avareza, para Salústio, a ambição foi a responsável pela mudança da alma dos homens, pois tanto os bons quanto os indignos desejavam para si glória, honra e poder, e aqueles que não possuíam habilidades honráveis utilizavam da traição e da fraude para satisfazer sua ambição (SALÚSTIO. *Conjuração de Catilina*, 11). Então, começou um período de facciosismo e luxuosidade que transformou o governo da República no pior e mais depravado (SALÚSTIO. *Conjuração de Catilina*, 05), oportunizando a perseguição das rivalidades internas como forma de satisfazer o vício da natureza humana, sempre inquieta e indomável, disputando por liberdade, glória ou dominação (SALUSTIO. *Histórias*, I. 7). Esta divisão esquemática do processo de declínio moral, como apresentado nas obras de Salústio, foi proposta por D. C. Earl (1961) e compõe-se de três estágios: o aparecimento da *ambitio* logo após a destruição de Cartago, o crescimento e domínio da *avaritia* a partir da atuação dos irmãos Gracos e o surgimento da *luxuria* com o governo de Sula. Entretanto, Duane F. Conley (1981) defende a existência de apenas dois estágios deste processo de declínio, em que a *avaritia* e a *luxuria* constituem uma síndrome após o domínio de Sula.

A *avaritia* e a *ambitio* explicam, na obra de Salústio, o curso da política entre a destruição de Cartago e a Ditadura de Sula, quando se introduziu um novo vício na sociedade romana, algo mais perigoso e corruptível: a *luxuria*. Esta representa dois diferentes tipos de ganância relacionados à riqueza material e ao poder político e explica as motivações de grupos, como o que apoiou Catilina, por exemplo. Ela representaria a extravagância que levou os homens a gastarem além dos limites de seus meios e, assim, contraírem muitas dívidas: um político endividado ficava propenso a cometer atos políticos perigosos (SHAW, 1975, p. 188). Brent D. Shaw (1975, p.193) demonstra como, na obra de Salústio, a relação entre a luxúria e

a degradação moral se estabeleceu, sendo o caso de Catilina o exemplo mais claro disso. Para o autor, o acúmulo de dívidas por parte dos veteranos de Sula os impeliu a apoiarem a conjuração de Catilina que pretendia perdoar as dívidas de seus partidários quando tomasse o poder. Além disso, para o autor, a decisão do próprio Catilina em empreender a tentativa de golpe baseava-se na sua urgência por meios para saldar suas dívidas. Entretanto, Salústio explica de maneira diversa o endividamento de César: devido à sua *liberalitas* no serviço público. Assim, para Salústio, César se endividou legitimamente pelo exercício de uma das mais importantes virtudes.

Esta visão de Salústio sobre a situação política durante os últimos anos do governo republicano, em Roma, perpassa toda a sua obra. Neste momento, nosso objeto de análise, visando demonstrar como olhar do autor se refletiu na interpretação do passado, é a sua obra *Guerra de Jugurta*. Escrita em latim, compreendendo 114 capítulos, constituindo a segunda obra histórica do autor, ela narra a guerra empreendida pelos romanos contra Jugurta ocorrida entre 111 e 106 a.C. Esse conflito com o rei númida não se destaca nos documentos textuais, exceto na *Guerra de Jugurta*, em que toda a história da guerra é narrada. No âmbito historiográfico, a situação é semelhante, pois, mesmo presente em diversas publicações, o relato sobre a guerra é, na maior parte delas, meramente descritivo. A Numídia era um reino aliado de Roma desde que seu regente, Masinissa, ajudou Cipião a derrotar Aníbal na Segunda Guerra Púnica. Seu filho, Micipsa, morreu em 118 a.C., deixando em testamento que o governo deveria ser compartilhado pelos três filhos: Aderbal, Hiempsal e Jugurta, filho ilegítimo de seu irmão (KEAVENEY, 2005, p. 11) e adotado pelo rei em testamento (SALÚSTIO, *Guerra de Jugurta*, IX), descrito por Salústio de maneira positiva, tendo suas qualidades exaltadas pelo autor (SALÚSTIO, *Guerra de Jugurta*, VI).

Logo após a morte de Micipsa, houve um desentendimento crescente entre os herdeiros, que culminou na morte de Hiempsal por soldados de Jugurta (SALÚSTIO, *Guerra de Jugurta*, XI-XII). Logo os númidas dividiram seu apoio, ficando a elite do exército ao lado de Jugurta, que se apoderou de algumas cidades pela força e de outras, por sua livre vontade. Aderbal, o herdeiro mais velho, depois de perder uma batalha contra seu irmão adotivo, fugiu para Roma (SALÚSTIO, *Guerra de Jugurta*, XIII), em 116 a.C.

O Senado Romano intermediou um acordo que dividiu a Numídia em duas partes, cabendo o oriente para Jugurta e o ocidente para Aderbal. De acordo com Salústio (*Guerra de Jugurta*, XIV-XVI), o posicionamento romano diante desta contenda foi fortemente influenciado pela memória sobre a ajuda que os antepassados dos reis conflituosos ofereceram

para Roma durante as Guerras Púnicas. Nessa operação, coube a Jugurta o território com melhores terras e mais habitadas e, para Aderbal, a outra metade. Desrespeitando o acordo e acreditando ter garantido o apoio romano, Jugurta investiu contra Aderbal. A partir de então Roma se envolveu no conflito armado contra o usurpador do poder nômada. Muitas incursões foram lideradas por diferentes Cônsules e o conflito foi resolvido apenas quando o Cônsul Caio Mário, contando com o auxílio de seu Questor, Sula realizou a captura de Jugurta.

Salústio assim justifica a escrita do seu relato sobre a Guerra Jugurtina:

Em primeiro lugar por tratar-se de uma guerra importante, atroz e de vitórias alternadas, e depois porque pela primeira vez foi afrontada a soberba da nobreza. Esta luta, onde se confundiram todas as coisas divinas e humanas, atingiu tal aberração que só a guerra e a devastação da Itália viriam colocar um termo à discórdia civil (SALÚSTIO. *Guerra de Jugurta*, V).¹¹

Podemos perceber, através do excerto, que Salústio considera esse momento da história romana como importante tanto por ser a primeira oportunidade em que a nobreza foi afrontada, provavelmente pela eleição de um equestre para o Consulado, quanto porque a degradação moral parece chegar ao ápice, sendo suspensa apenas pelo conflito que se seguiu, a Guerra Social. Seu tom moralista, que dirige a narrativa para a transformação da *virtus* da maioria de suas personagens, como Jugurta e Escauro, em *ambitio*, e sua posição política tendenciosa para a causa popular são elementos que devem ser considerados durante a leitura da obra (FUNARI, 2002, p. 24).

A concisão (*brevitas*) e o arcaísmo contribuem para o estilo afetado da obra, que é valiosa pela dramaticidade de seus discursos e pelos retratos bem elaborados (FUNARI, 2002, p. 25). Outra característica importante da obra salustiana é a presença de proêmios de caráter geral, utilizados para introduzir algum tema em sua narrativa. Eles abordam dados abstratos de teor filosófico, em que o autor demonstra os benefícios da vida virtuosa, indicando a função reflexiva da história (LEVENE, 2007).

A narrativa não se caracteriza pela linearidade, sendo interrompida por três interessantes digressões. Trata-se de um recurso literário empregado amiúde desde Heródoto com diferentes finalidades – como dispositivos estruturais para dividir o texto em diferentes sessões; para denotar a passagem do tempo ou para dar mais leveza a uma narrativa predominantemente militar, como em Tucídides, por exemplo (WIEDEMANN, 1993, p. 48). A primeira dessas apresenta as regiões e os povos africanos (SALÚSTIO. *Guerra de Jugurta*. XVII-XIX): “O desenrolar da narração aconselha expor em poucas palavras a localização da África e dizer

brevemente algo sobre os povos com os quais tivemos relações de guerra e amizade” (SALÚSTIO. *Guerra de Jugurta*. XVII).¹² A segunda, explica o surgimento das facções pela ausência do *metus hostili*, encerrando-se com uma indicação de que a concisão da narrativa era uma escolha do autor, que não desejava fugir ao tema de sua monografia (SALÚSTIO. *Guerra de Jugurta*. XLI-XLII): “Mas das questões partidárias e de todos os costumes estatais torna-se necessário narrar caso a caso e em toda a sua extensão. Para tanto falta-nos tempo e não material. Por isso retorno à minha narrativa” (SALÚSTIO. *Guerra de Jugurta*. XLII).¹³ Na última digressão da obra (SALÚSTIO. *Guerra de Jugurta*. LXXVIII-LXXIX), o autor descreve a geografia e localização de Leptis e relembra a conduta de dois cartagineses, caracterizada como “honesta e admirável”,¹⁴ quando do estabelecimento dos limites de sua cidade como Cirene.

Os historiadores antigos reivindicavam, ou criavam, a autoridade e a veracidade para seus relatos de diferentes maneiras. As estratégias, para tanto, incluíam a imitação de predecessores eminentes, modificações explícitas de procedimentos defeituosos e a apresentação de suas próprias personalidades e de seus predecessores (por exemplo, experiência política e militar ou falta dela). A imitação pode ser percebida de diferentes formas, como verbal, temática, pela organização da obra ou pela atitude do autor diante do passado (MARINCOLA, 2004). Podemos inferir que Salústio buscou afirmar a autoridade de sua obra através da imitação do estilo de Tucídides e suas digressões, mas também encontramos semelhanças com a narrativa herodoteana. Analisar as referências dos modelos na obra de Salústio não é o objetivo deste momento, mas, identificar as semelhanças entre elas é necessário para a melhor compreensão da narrativa deste romano.

Salústio, provavelmente buscou imitar Tucídides deliberadamente devido à semelhança de suas propostas, isto é, ambos narram episódios dignos de memória dos quais também foram testemunhas. As semelhanças entre ambas as narrativas apresentam-se em muitos aspectos, como nos discursos, retratos e digressões (SILVEIRA, 2007, p. 73-74). A *História da Guerra do Peloponeso* apresenta três digressões com temas semelhantes aos de Salústio: descrição geográfica e etnográfica da Sicília (TUCÍDIDES. *História da Guerra do Peloponeso* 6. 1-6); perturbações políticas na Hélade (TUCÍDIDES. *História da Guerra do Peloponeso* 3. 82-85) e a última, sobre os pistrátidas, Harmódios e Aristógiton (TUCÍDIDES. *História da Guerra do Peloponeso* 6. 54-59). As digressões de Salústio apresentam temáticas parecidas: etnografia do norte da África, discórdia civil entre os romanos, lenda dos Filênios (WIEDEMANN, 1993, p. 48-49).

Desde Quintiliano, Tucídides é considerado a influência mais evidente na obra de Salústio, desde sua visão sombria ou pessimista, até a estrutura de certas passagens, em suas monografias, parecem imitar passagens do autor grego. Alguns aspectos na narrativa, contudo, indicam que Salústio também incorporou elementos da escrita de Heródoto. Assim como nas *Histórias*, notamos a presença constante do narrador em primeira pessoa: “Em meio à demora, Aulo, deixado como acima dissemos como comandante, tinha esperanças de terminar a guerra [...]” (SALÚSTIO. *Guerra de Jugurta*. XXXVII)¹⁵ e “Assim, o Cônsul havia examinado tudo, e creio que foi protegido pelos deuses” [...] (SALÚSTIO. *Guerra de Jugurta*. XC).¹⁶ Indicações de sua pesquisa histórica e a expressão de incertezas, assim como no relato grego, também podem ser percebidas na *Guerra de Jugurta* (GRETHLEIN, 2006, p. 299-300). Essas indicações de dúvidas possuem três funções na estrutura textual: deixar claro que podem haver outras versões dos fatos (GRETHLEIN, 2006, p. 305-306) – como quando o narrador demonstra dúvida sobre as intenções de Boco (SALÚSTIO. *Guerra de Jugurta*. LXXXVIII) – função retórica e de engajamento do leitor.

O uso retórico das expressões de incerteza tem a função de destacar outras partes da narrativa (GRETHLEIN, 2006, p. 308-309). Um exemplo disso é a reação de Metelo ao saber do massacre em Vaga, do qual apenas Turpílio escapou ileso: “Metelo, após saber o que ocorrera em Vaga, retirou-se por algum tempo, abatido”¹⁷ (SALÚSTIO. *Guerra de Jugurta*. LXVIII). Seu abatimento diante do ocorrido é realçado pelo recurso da incerteza apresentado no capítulo anterior: “Pouco sabemos se isso se deveu à misericórdia do inimigo, a algum acordo ou se por alguma causalidade. Parece, contudo, desonroso e detestável que em tão grande desgraça tenha obtido uma vida torpe e não uma memória íntegra” (SALÚSTIO. *Guerra de Jugurta*. LXVII).¹⁸ Para Salústio, a incerteza sobre as circunstâncias históricas em que Turpílio sobreviveu não justificam seu comportamento indecente, de modo que é possível se afirmar que o recurso retórico, nesse contexto, funciona para destacar o julgamento moral do autor.

Apresentar diferentes avaliações ou possibilidades em um momento da narrativa daria ao leitor condições de ativa participação na construção do texto. Diante da dupla análise de uma situação ou do caráter de uma personagem, o leitor poderia sentir-se como uma testemunha ocular daquilo que está sendo narrado, pela visão mais ampla que esta estrutura narrativa oferece. Essa é a terceira função das indicações de incertezas que aparecem no texto salustiano e que o aproximam da escrita herodoteana (GRETHLEIN, 2006, p. 310-111). A alusão às possíveis motivações para a incursão de Aulo contra as tropas de Jugurta é um exemplo disto:

“[...] não querendo enganar o rei e aumentar-lhe o medo, ou porque estivesse cego pelo desejo de apossar-se dos tesouros da cidade, apressou-se em conduzir os manteletes” [...] (SALÚSTIO. *Guerra de Jugurta*. XXXVII).¹⁹

Apresentando semelhanças estruturais e temáticas com modelos precedentes, a obra de Salústio buscou afirmar sua autoridade enquanto relato histórico. Permeada pela interpretação salustiana do passado, a *Guerra de Jugurta* apresenta elementos que refletem sua teoria a respeito da deterioração moral romana. O modo como a aristocracia tratou a guerra, as muitas ocasiões que foram resolvidas através de suborno, são exemplos disso. A mudança do caráter de alguns envolvidos também reflete, de acordo com a narrativa salustiana, a prevalência dos vícios sobre as virtudes. Neste artigo, buscamos apontar e analisar esses elementos para compreendermos como a visão do autor sobre o presente influenciou sua interpretação sobre o passado.

Um bom exemplo dessa mudança de atitude é a figura de Jugurta. A adoção deste sobrinho bastardo por Micipsa se deu quando o plano de criar condições para a sua morte transformou-se em uma ocasião para Jugurta reafirmar suas virtudes e aumentar seu valor, segundo Salústio. O rei, que se aproximava da velhice enquanto seus filhos ainda eram pequenos, passou a temer que o sobrinho usurpasse o poder e matá-lo poderia desencadear uma revolta ou guerra civil, por ser querido pelo povo (SALÚSTIO, *Guerra de Jugurta*, VI). A solução encontrada foi enviá-lo à frente do exército númida que apoiaria os romanos na guerra contra a Numância, esperando que o sobrinho fosse morto em combate (SALÚSTIO, *Guerra de Jugurta*, VII).

Em pouco tempo, todavia, ele atingiu a glória pela sua obediência, dedicação, generosidade e habilidade de raciocínio, e tornou-se querido para os romanos (SALÚSTIO, *Guerra de Jugurta*, VII). Retornando à sua terra, após a destruição do inimigo, Jugurta levou uma carta endereçada ao rei em que o general romano não poupava elogios à sua conduta e reconhecia sua dignidade. Diante dessa missiva, o rei optou por torná-lo herdeiro por testamento com os mesmos direitos que seus filhos, como tentativa de ganhar sua lealdade através de favores (SALÚSTIO, *Guerra de Jugurta*, IX).

Micipsa, já no fim de sua vida, proferiu um discurso publicamente, dirigindo-se ao filho adotivo, exortando sua atuação junto aos romanos, cuja grande amizade Jugurta teria conquistado por suas virtudes e a vitória conseguida por sua glória (SALÚSTIO. *Guerra de Jugurta*, IX). Sabemos que os discursos são um expediente característico da obra salustiana para inserir na narrativa as análises em que a voz do autor ecoa nas palavras do orador. Esse

momento reforça, na narrativa, a imagem positiva de Jugurta que Salústio descrevera anteriormente. Tendo em mente o plano moralista da obra, cujo objetivo é demonstrar a degradação político-social pela corrupção dos indivíduos, percebemos que esta imagem de Jugurta é o contraponto para a análise de sua atuação posterior, durante a guerra pelo controle total da Numídia. Segundo Willian Batstone (2010, p. xxviii), ao longo do conflito, Jugurta se corrompeu pelo desejo de poder e, posteriormente, foi infectado pela corrupção em Roma, onde tudo estava à venda, inclusive os interesses partidários e o bem comum.

Esta conclusão sobre a moral romana está presente na narrativa salustiana, no momento seguinte ao assassinato de um dos herdeiros do poder. Segundo Salústio, embaixadores númidas foram enviados à Roma, justificaram o assassinato de Hiempsal pela sua crueldade e acusaram Aderbal por ter iniciado espontaneamente uma guerra. Parte dos Senadores foi convencida pelo discurso, parte pelo suborno oferecido anteriormente ao debate e, assim, designou-se dez embaixadores para dividirem o reino entre os dois herdeiros. O sucesso obtido pelo recurso ao suborno surpreendeu Jugurta, que constatou ser verdadeiro aquilo que seus amigos numantinos afirmavam: “tudo em Roma se vendia²⁰” (SALÚSTIO, *Guerra de Jugurta*, XX; XXVIII). Diante desta conclusão, aquele virtuoso herdeiro númida corrompeu-se e passou a utilizar o expediente do suborno como arma na guerra pelo poder²¹. Assim, Jugurta, de jovem forte, destemido e disciplinado, passou, de acordo com Salústio, a governante ambicioso e corrupto pelo contato com a aristocracia romana.

Como já mencionado, o conflito entre Roma e Jugurta se arrastou ao longo dos mandatos de vários Cônsules, sendo resolvido pelo Cônsul Mário, durante seus primeiros mandatos. A sua primeira eleição revela, também, a visão de Salústio a respeito da decadência moral por que passava a política romana. Em sua narrativa, percebemos como o comportamento de Metelo é apresentado para exemplificar a degradação que atingia a aristocracia.

Mário, que era Legado de Metelo, candidatou-se ao Consulado e teve seu pedido de dispensa para retornar a Roma afim de participar das eleições negado por Metelo. O Cônsul ainda o aconselhou que “não fosse pleitear algo tão absurdo e que não colocasse seu desejo acima de sua condição” (SALÚSTIO, *Guerra de Jugurta*, LXIV).²² Salústio justifica a postura de Metelo pelo seu espírito de desdém e de soberba, vícios comuns à nobreza (SALÚSTIO, *Guerra de Jugurta*, LXIV), que então atingiam Mário pela ausência de ascendência antiga, ofuscando, na ótica de Metelo, todos os seus títulos e virtudes (SALÚSTIO, *Guerra de Jugurta*, LXIII).

O posicionamento do Cônsul, membro de uma família patricia, exemplifica bem a importância que estes homens de ascendência nobre davam para a tradição familiar na participação na vida pública. Além disso, este fato também ilustra a oposição que os membros de famílias equestres (o caso de Mário) ou plebeias sofriam dentro da política romana. Isso contribuiu para a explicação, de certa forma simplista, da disputa de poder ocorrida no fim do período republicano como o enfrentamento das forças aristocráticas com aqueles que não descendiam de famílias nobres. Outra possível análise deste fato deriva das relações de clientelismo que caracterizavam a dinâmica política romana. Mário, assim como todo equestre descendente de uma família provincial, necessitava do apoio de um patrono para o bom andamento de sua carreira pública. Como patrono de Mário, Metelo estava ciente de que a eleição de seu cliente causaria um considerável enfraquecimento à sua reputação, ou força política, posto que estaria privado dos préstimos de Mário e de sua família (SHOTTER, 1994, p. 30-31).

A negativa do Cônsul e sua justificativa serviram para aumentar o desejo de Mário em alcançar o cargo pretendido e despertou sua ira em relação a Metelo (SALÚSTIO, *Guerra de Jugurta*, LXIV). Mário passou a denegrir a imagem do Cônsul junto a seus soldados e impeli-os a escreverem a seus conhecidos de Roma solicitando que o comando da guerra fosse entregue a ele, que afirmava que, se isso ocorresse, venceria Jugurta rapidamente (SALÚSTIO, *Guerra de Jugurta*, LXV).

O Cônsul, percebendo que Mário estava ali a contragosto, enviou-o de volta para Roma, onde foi muito bem recebido pela plebe, informada de suas qualidades pelas cartas anteriormente enviadas. Com o apoio do povo, Mário foi eleito Cônsul e designado, pela maioria, para continuar a guerra contra Jugurta (SALÚSTIO, *Guerra de Jugurta*, LXXIII). Após os preparativos necessários e o alistamento de novos soldados, o Cônsul partiu para a África e recebeu o comando das tropas do Legado P. Rútílio, “pois Metelo evitara o encontro pessoal com Mário: não queria ser obrigado a ver o que, por ouvir, não pudera tolerar” (SALÚSTIO, *Guerra de Jugurta*, LXXXVI).²³ Para Plutarco (*Vida de Mário*, 10), esta atitude de Metelo deveu-se à inveja, pois considerava ter findado a guerra, faltando apenas capturar Jugurta, e Mário, cumprindo esta última tarefa, triunfaria em seu lugar.

Metelo, devido ao fim de sua magistratura foi obrigado a entregar o comando da guerra para o novo Cônsul. Este foi o primeiro a experimentar a reeleição para o cargo que ocupou por sei anos consecutivos – sendo reeleito diversas vezes mesmo estando fora de Roma – o que pode ser visto como uma indicação da degradação dos costumes políticos romanos.

Considerando, porém, que o governo republicano sempre fora marcado por modificações, muitas delas necessárias para a manutenção do governo, podemos interpretar este fato como mais uma dessas adaptações políticas. Afinal, a substituição do Cônsul responsável pela condução de uma guerra poderia ser danosa para o andamento do conflito, que geralmente extrapolava a vigência da magistratura.

Escrevendo suas obras monográficas no conturbado contexto político do fim da República romana, Caio Salústio Crispo utilizou-se dos temas por ele selecionados para expressar sua crítica à política de seu tempo. Em um discurso moralista em que imita modelos precedentes como Tucídides e Heródoto, o autor demonstra como a ausência do *metus hostili* abriu espaço para a *auratia* e a *ambitio*, configurando a degradação da moral romana. Ao longo da narrativa dos fatos relativos à guerra contra o rei númida, percebemos como as personagens exemplificam tal decadência moral. Nosso objetivo, neste momento, foi analisar algumas dessas personagens, especificamente Jugurta e Metelo, e a maneira como elas deixam de ser virtuosas e sucumbem aos vícios que, naquele momento segundo Salústio, governavam Roma. Assim, percebemos como, ao longo da narrativa, a visão pessimista de Salústio a respeito dos rumos que a política romana tomava influenciou na sua interpretação do passado. Como uma obra histórica, a *Guerra de Jugurta* formata-se como produto de seu tempo e produtora de memória, posto que nos oferece uma leitura peculiar sobre os eventos ocorridos anteriormente.

Referências bibliográficas

- ALLEN JR, Walter. Sallust's Political Career. *Studies in Philology*. Chapel Hill, v.51, n 01, p. 1-14, 1954.
- ALLEN JR, Walter. The Unity of the Sallustian Corpus. *The Classical Journal*. v. 61, n 6, p 268-269, 1966.
- BATSTONE, Willian. Introduction. In: SALLUST. *Jugurtine War*. Oxford: University Press, 2010. p. vii-xxxvii.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. Uma opinião sobre as Representações Sociais. In: _____ e MALERBA, Jurandir (orgs). *Representações: contribuição a um debate transdisciplinar*. Campinas: Papirus, 2000. p. 9-39.
- CASTELLS, Manuel. *O Poder da Identidade*. v. II. São Paulo: Paz e Terra, 1999. p. 21-28.
- CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas representações*. Rio de Janeiro: Bertand, 1990.
- CONLEY, Duane F. The Stages of Rome's Decline in Sallust's Historial Theory. *Hermes*. Wiesbaden, v.109, n 03, p. 379-382, 1981.
- EARL, D.C. *The political thought of Sallust*. Cambridge: University Press, 1961.
- EARL, D.C. The Early Carrer of Sallust. *Historia: Zeitschrift für Alte Geschichte*. Wiesbaden, v 15, n 03, p. 302-311, 1966.
- FLOWER, Harriet I. *Roman Republics*. Princeton: University Press, 2010.

- FUNARI, Pedro Paulo A. A Guerra de Jugurta, de Salústio. In: SALÚSTIO. *Guerra de Jugurta*. Trad. Pedro Paulo A. Funari. Campinas: UNICAMP, 2002. p. 19-34.
- GINZBURG, Carlo. *Olhos de madeira: Nove reflexões sobre a distância*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- GONÇALVES, Ana Teresa Marques; ROCHA, Leandro Mendes. Identidades e etnicidades: conceitos e preceitos. In: NADER, Maria Beatriz et alli (orgs.). *As Identidades no tempo – ensaios de gênero, etnia e religião*. Vitória: EDUFES, 2006. p. 11-31.
- GOWING, Alain M. *Empire and Memory: The Representation of Roman Republic in Imperial Culture*. Cambridge: University Press, 2005.
- GRETHLEIN, Jonas. The Unthucydidean Voice of Sallust. *Transactions of the American Philological Association*. Baltimore, v 136, n 2, p. 299-327, 2006.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.
- HARTSWICK, Kim J. *The Gardens of Sallusti. A Changing Landscape*. Austin: Texas University Press, 2004.
- HOPE, Valerie M.. Remembering Rome. memory, funerary monuments and the Roman soldier. In: WILLIAMS, Howard (ed.). *Archaeologies of remembrance. death and memory in past societies*. New York: kA/PP, 2003. p. 113-140.
- KEAVENEY, Arthur. *Sulla: The last republican*. London and New York: Routledge, 2005.
- LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas, SP: Unicamp, 1994. p. 423-483.
- LEVENE, D.S. Roman Historiography in the Late Republic. In: MARINCOLA, John (org.). *A companion to Greek and Roman historiography*. London: Blackwell Publishing Ltda, 2007.
- MACKAY, L. A. Sallust's "Catiline": Date and Purpose. *Phoenix*. Montreal, v. 16, n 3, p. 181-194, 1962.
- MARINCOLA, John. *Authority and Tradition in Ancient Historiography*. Cambridge: The University Press, 2004.
- MOSCOVICI, Serge. L'ère des représentations sociales. In: *Textes de base en psychologie*. Paris: TDB, 1990.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História e História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.
- PITKIN, Hanna Ferichel. *The Concept of Representation*. Los Angeles: University of California Press, 1967.
- POLLAK, Michel. Memória e Identidade Social. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 05, n.10, p. 200-212, 1992.
- RICOEUR, Paul. Mémoire: approches histriennes, approche philosophique. *Le débat*. Paris, n. 122, p. 41-61, 2002.
- RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Unicamp, 2007.
- SHAW, Brent D. Debt in Sallust. *Latomus*. Bruxelles, v. 34, n 01, p. 187-196, 1975.
- SHOTTER, David. *The fall of Roman Republic*. London: Routledge, 1994.
- SILVA, Gilvan Ventura. Representação social, identidade e estigmatização: Algumas considerações de caráter teórico. In: SILVA, Gilvan Ventura et alii (org.) *Exclusão Social, Violência e Identidade*. Vitória: Florecultura, 2004. p.13-30.
- SILVA, D. B. *Tempo e memória em Bellum Catilinae e Bellum Iugurthinum de Caio Salústio Crispo*. 2014. 118 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2014.
- SILVEIRA, Laura Ribeiro da. *A narrativa historiográfica de Salústio: entre memória e ficção, o lugar indecível do testemunho*. Rio de Janeiro: Faculdade de Letras UFRJ, Dezembro de 2007. 149fls.
- SPINK, Mary Jane P. O Conceito de Representação Social na Abordagem Psicossocial. *Cad. Saúde Públ*. Rio de Janeiro, v. 9, n 3, p. 300-308, 1993.

- SYME, Ronald. *Sallust*. Berkeley: University of California Press, 1964.
- SYME, Ronald. Sallust's Wife. *The Classical Quarterly*. Cambridge, v. 28, n 02, p. 292-295, 1978.
- WIDEMANN, Thomas. Sallust's Jugurtha: Concord, Discord, and the Digressions. *Greece and Rome*. Cambridge, v. 40, n 1, p. 48-57, 1993.
- WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 7-72.

Documentos textuais

- SALÚSTIO. *Guerra de Jugurta*. Trad. Pedro Paulo A. Funari. Campinas: UNICAMP, 2002.
- SALUST. *Catiline's Conspiracy*. Trad. Willian Batstone. Oxford: University Press, 2010.
- SALUST. *Histories*. Trad. Willian Batstone. Oxford: University Press, 2010.
- SALUST. *Jugurine War*. Trad. Willian Batstone. Oxford: University Press, 2010.
- TUCÍDIDES. *História da Guerra do Peloponeso*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1987.

Recebido em 07/04/2020.

Aceito em 20/05/2020.

¹ “Sed ego adulescentulus initio, sicuti plerique, studio ad rem publicam latus sum [...]”. Todas as traduções foram feitas pela autora

² “Sed ego adulescentulus initio, sicuti plerique, studio ad rem publicam latus sum, ibique mihi multa advorsa fuere. nam pro pudore, pro abstinentia, pro virtute audacia largitio avaritia vigeabant. quae tametsi animus aspernabatur insolens malarum artium, tamen inter tanta vitia inbecilla aetas ambitione corrupta tenebatur; ac me, quom ab relicuorum malis moribus dissentirem, nihilo minus honoris cupido eadem quae ceteros fama atque invidia vexabat.”

³ “atque ego credo fore qui, quia decrevi procul a re publica aetatem agere, tanto tamque utili labori meo nomen inertiae inponant, certe quibus maxuma industria videtur salutare plebem et conviviis gratiam quaerere. qui si reputaverint, et quibus ego temporibus magistratus adeptus sum [et] quales viri idem adsequi nequiverint et postea quae genera hominum in senatum pervenerint, profecto existumabunt me magis merito quam ignavia iudicium animi mei mutavisse maiusque commodum ex otio meo quam ex aliorum negotiis rei publicae venturum.”

⁴ “neque enim alio loco de Sullae rebus dicturi sumus et L. Sisenna, optume et diligentissime omnium, qui eas res dixere, persecutus, parum mihi libero ore locutus videtur.”

⁵ Esta obra, também conhecida como *Bellum Catilinae*, composta por 61 capítulos, narra a tentativa de Lúcio Sérgio Catilina de tomar o poder após ser derrotado por Cícero nas eleições de 63 a.C. Catilina, descendente da gens Sérgio, de família aristocrática empobrecida, foi Pretor em 68 a.C., Questor em 77 a.C. e Governador da África entre 67 e 66 a.C. e apoiou a política sulana. Em 62 a.C., reuniu em torno de si, através de um discurso inflamado contra o poder aristocrático, apoiadores originários de diferentes segmentos sociais, como jovens aristocratas, plebeus e estrangeiros, objetivando assassinar os Cônsules e tomar o poder. Após uma tentativa frustrada, foi declarado inimigo público pelo Senado e condenado à morte. Tendo optado pelo combate, Catilina foi morto em Pistóia.

⁶ “igitur ubi animus ex multis miseriis atque periculis requievit et mihi relicuam aetatem a re publica procul habendam decrevi, non fuit consilium socordia atque desidia bonum otium conterere, neque vero agrum colundo aut venando, servilibus officiis, intentum aetatem agere; sed a quo incepto studioque me ambitio mala detinuerat, eodem regressus statui res gestas populi Romani carptim, ut quaeque memoria digna videbantur, perscribere, eo magis quod mihi a spe metu partibus rei publicae animus liber erat.”

⁷ “Ceterum ex aliis negotiis, quae ingenio exercentur, in primis magno usui est memoria rerum gestarum.”

⁸ “Verum ex iis magistratus et imperia, postremo omnis cura rerum publicarum minime mihi hac tempestate cupiunda videntur, quoniam neque virtuti honos datur neque illi, quibus per fraudem iis fuit uti, tuti aut eo magis honesti sunt.”

⁹ “Ceterum mos partium et factionum ac deinde omnium malarum artium paucis ante annis Romae ortus est otio atque abundantia earum rerum, quae prima mortales ducunt. nam ante Carthaginem deletam populus et senatus Romanus placide modesteque inter se rem publicam tractabant, neque gloriae neque dominationis certamen inter

civis erat: metus hostilis in bonis artibus civitatem retinebat. sed ubi illa formido mentibus decessit, scilicet ea, quae res secundae amant, lascivia atque superbia incessere.”

¹⁰ “igitur primo pecuniae, deinde imperi cupido crevit: ea quasi materies omnium malorum fuere. namque avaritia fidem probitatem ceterasque artis bonas subvertit; pro his superbiam, crudelitatem, deos negligere, omnia venalia habere edocuit. ambitio multos mortalis falsos fieri subegit, aliud clausum in pectore, aliud in lingua promptum habere, amicitias inimicitiasque non ex re, sed ex commodo aestumare, magisque voltum quam ingenium bonum habere.”

¹¹ “Bellum scripturus sum, quod populus Romanus cum Iugurtha rege Numidarum gessit, primum quia magnum et atrox variaque victoria fuit, dein quia tunc primum superbiae nobilitatis obviam itum est; quae contentio divina et humana cuncta permiscuit eoque vecordiae processit, ut studiis civilibus bellum atque vastitas Italiae finem faceret.”

¹² “Res postulare videtur Africae situm paucis exponere et eas gentis, quibuscum nobis bellum aut amicitia fuit, adtingere.”

¹³ “sed de studiis partium et omnis civitatis moribus si singillatim aut pro magnitudine parem disserere, tempus quam res maturius me deseret. quam ob rem ad inceptum redeo.”

¹⁴ “Sed quoniam in eas regiones per Leptitanorum negotia venimus, non indignum videtur egregium atque mirabile facinus duorum Carthaginiensium memorare;”

¹⁵ “ea mora in spem adductus Aulus, quem pro praetore in castris relictum supra diximus, aut conficiendi belli aut terrore exercitus ab rege pecuniae capiundae milites mense Ianuario ex hibernis in expeditionem evocat [...]”

¹⁶ “igitur consul omnibus exploratis, credo dis fretus [...]”

¹⁷ “Metellus postquam de rebus Vagae actis conperit, paulisper maestus ex conspectu abit.”

¹⁸ “id misericordiane hospitis an pactione aut casu ita evenerit, parum conperimus, nisi, quia illi in tanto malo turpis vita integra fama potior fuit, improbus instabilisque videtur.”

¹⁹ [...] tamen aut simulandi gratia, quo regi formidinem adderet, aut cupidine caecus ob thesauros oppidi potiundi vineas agere, aggerem iacere aliaque, quae incepto usui forent, properare.”

²⁰ “[...] omnia Romae venalia esse”.

²¹ Jugurta praticava o suborno de várias maneiras, como por exemplo, através de presentes e promessas (SALÚSTIO, *Guerra de Jugurta*, XV; XVI). Entretanto, nem todas as tentativas de corrupção eram bem sucedidas (SALÚSTIO, *Guerra de Jugurta*, XXVIII; XXXV)

²² “[...] ne tam prava inciperet neu super fortunam animum gereret.”

²³ “Nam Metellus conspectum Mari fugerat, ne videret ea, quae audita animus tolerare nequiverat.”